



## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº     , DE 2007

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o imposto de renda das pessoas físicas, para permitir a dedução de despesas com pagamento de aluguel residencial.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido da alínea *h*, com a seguinte redação:

**Art. 8º** .....

.....  
II – das deduções relativas:

.....  
h) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a título aluguel de imóvel residencial, limitados ao valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

..... (NR)”

**Art. 2º** O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta, bem como incluirá a renúncia mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes.



**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

*Parágrafo único.* A permissão de que trata esta Lei só produzirá efeito a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

## JUSTIFICAÇÃO

O art. 6º da Constituição Federal destaca a moradia como um dos direitos sociais. Na verdade, trata-se do reconhecimento do que é um dos direitos naturais e inafastáveis da pessoa humana, desde tempos imemoriais.

É notório que nosso País apresenta imensas carências na área habitacional. Os diagnósticos apontam a deficiência na ordem de dezenas de milhões – números que variam conforme o critério técnico ou ideológico adotado, mas que não mascaram nem abatem a grandeza do problema.

Milhões de famílias são forçados a viver em condições subumanas. A iníqua distribuição de renda impede a solução natural, que seria a aquisição de casa própria pela maioria, destinando ao mercado de aluguéis o papel de solução residual das necessidades de moradia.

Está provado que, para agravar o problema, as características estruturais do mercado provoquem distorção perversa: os locatários de baixa renda pagam, proporcionalmente, aluguéis mais altos que os de maior renda. Quanto menor e de menos valor o imóvel, proporcionalmente mais alto o aluguel.

Provavelmente, isso reflete exatamente a dificuldade de aquisição de imóvel próprio, pelos segmentos sociais classificados nos estratos da classe média e da pobreza, aumentando a demanda e os preços de aluguel dos imóveis menores.

A dedução de que trata este projeto destina-se, justamente, a minorar o problema. Adicionalmente, contribuirá para combater o altíssimo índice de sonegação que grassa no setor. É provável mesmo que o aumento de arrecadação



SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora **LÚCIA VÂNIA**

que dele decorrerá seja suficiente para cobrir a pequena renúncia de receita implícita.

Outro objetivo visado com o projeto é o de contribuir para a reativação do mercado de imóveis para aluguel, da qual se espera, em prazo mais dilatado, o aumento da oferta com a conseqüente queda dos preços.

A limitação do valor passível de dedução objetiva centrar o benefício nas camadas mais necessitadas da população, atenuando o efeito regressivo que alguns poderiam ver como empecilho à medida.

É o que se oferece à deliberação.

Sala das Sessões,

Senadora **LÚCIA VÂNIA**